

Cidadania empresarial: o arдил da destituição do dissenso¹

Corporate citizenship: the ruse of the destitution of dissent

Attila Magno e Silva Barbosa²
barbosaattila@uol.com.br

Resumo

O objetivo principal deste artigo é analisar os resultados que projetos de responsabilidade social empresarial produzem junto às comunidades beneficiadas. Tal análise está baseada em um estudo de caso da empresa ALBRAS SA, mais especificamente seus dois principais projetos sociais corporativos. Em um primeiro momento, a análise baseia-se no processo de empoderamento das empresas transnacionais ante o enfraquecimento do Estado-Nação no contexto do atual estágio de desenvolvimento capitalista. Num segundo momento, tentaremos demonstrar que tais projetos são promovidos a partir de um discurso de "mobilização dos pobres", onde estes são considerados como responsáveis pela sua permanência ou não na condição de pobreza. Num terceiro momento, demonstraremos que tais tipos de ações estão inscritas na racionalidade instrumental do mercado e, por isso, impõem todo um conjunto de técnicas gerenciais como única forma legítima de superar as carências e necessidades sociais, o que evidencia o caráter anti-dissensual destas.

Palavras-chave: responsabilidade social empresarial, globalização, dissenso.

Abstract

This article analyzes the results that corporate social responsibility projects have on the communities that benefit from them. The analysis is based on a case study on the company, ALBRAS SA, more specifically the two main projects it develops. Initially, it discusses the empowerment of transnational companies vis-à-vis the weakening of the national states at the present stage of capitalist development. At a second moment, it demonstrates that such projects are promoted by resorting to a discourse focused on the "mobilization of the poor", in which the latter are considered for staying or not in a condition of poverty. Thirdly, it shows that such actions are inscribed in the instrumental rationality of the market, and for that reason they impose a set of management techniques as the only legitimate way of overcoming social deprivation and needs, which is an evidence of the anti-dissent character of this kind of action.

Key words: corporate social responsibility, globalization, dissent.

¹ Gostaria de agradecer ao meu orientador Jacob Carlos Lima pelo apoio dado a esse projeto paralelo à minha pesquisa de doutoramento e à professora Cibele Saliba Rizek pelo diálogo profícuo, sem o qual os *insights* aqui contidos não teriam sido possíveis.

² Mestre em Antropologia Social pela UFPA e doutorando em Ciências Sociais pela UFSCar.

Introdução

Nos dias atuais, a atuação das empresas como meros agentes econômicos não parece ser mais assimilada passivamente por boa parte da sociedade civil. Nesse sentido, o discurso ora vigente é o de que as empresas se vêem cada vez mais compelidas pela pressão exercida pela "sociedade civil" a contribuírem para a solução de problemas sociais, ampliando assim seu nível de responsabilidade social. Não apenas com uma postura minimalista que vê no cumprimento das obrigações legais o esgotamento desta responsabilidade, mas no sentido de torná-la um diferencial competitivo a ser pensado em nível estratégico.

No discurso da "solidariedade empresarial", a responsabilidade social colocaria as empresas em uma condição que pode ser considerada nas mesmas bases da cidadania individual, pois ambas pressuporiam o exercício de direitos e o cumprimento de deveres norteados por valores éticos e não apenas pela coercitividade das normas jurídicas. Nessa perspectiva, a instauração de uma postura socialmente responsável nos negócios, quando pensada de modo sistêmico, pode gerar benefícios tanto para a sociedade quanto para as empresas e, assim, dar suporte a mudanças sociais e de mentalidade consideráveis. O discurso veiculado é o de que quanto maior for a empresa, maior é o seu poder de controle e influência sobre todos os grupos que compõem a sua rede de relações.

No entanto, entendemos que é preciso considerar que as ações de responsabilidade social empresarial (RSE) estão inscritas na lógica da racionalidade instrumental do mercado e que os critérios utilizados na condução e na avaliação dos resultados dos projetos são feitos à luz dessa lógica. Ou seja, as falas e os saberes das comunidades beneficiadas são considerados dentro dos limites dessa racionalidade. Isto implica dizer que o discurso técnico-gerencial tenta se impor como o único discurso legítimo para a resolução dos problemas sociais. Desse modo, o que se tem é um processo de destituição da fala sobre outros caminhos possíveis, o que evidencia o caráter de minimização, para não dizer eliminação, do dissenso que deveria emergir de uma cena política realmente dotada de vitalidade democrática.

Tendo em vista a visibilidade que as ações de RSE vêm ganhando nos últimos anos, nós optamos por estudar as ações de RSE da unidade industrial da ALBRAS – Alumínio Brasileiro S/A³, produtora de alumínio primário, localizada no município paraense de Barcarena, isto porque ela tem se destacado e ganho reconhecimento nacional e internacional no meio empresarial por suas práticas nesta área. Além disso, no estado do Pará, ela é uma referência deste tipo de ações, para não dizer a referência.

Na primeira parte deste artigo, será feita uma breve discussão teórica que pretende entender a relação existente entre o projeto de "ativismo social" do mercado e a atual configuração do capitalismo global. Na segunda parte, analisaremos os projetos sociais desenvolvidos pela Albrás S.A. Por fim, teceremos as conclusões às quais chegamos com o término da pesquisa que deu origem a esse artigo, pesquisa esta que foi desenvolvida entre março de 2003 e agosto de 2004.

Globalização, encolhimento do Estado e responsabilidade social empresarial

Como se sabe, a globalização é um fenômeno político, tecnológico, econômico e cultural que se delinea a partir da intensificação das relações sociais em escala mundial; ela promove a conexão de localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorridos muitas milhas de distância. Por isso, é preciso entendê-la como um processo dialético, já que os acontecimentos locais podem se deslocar numa direção anversa às relações que os modelam, como nos chamam atenção Giddens (1991) e Beck (1999). Em uma perspectiva que poderíamos perceber como complementar a esta, o geógrafo Milton Santos defende que a globalização deve ser vista como "o ápice do processo de internacionalização do capitalismo" (2003, p. 23), sendo que alguns elementos são imprescindíveis para a caracterização do que ele chama de nova arquitetura global:

- i. a unicidade das técnicas, que é representada, atualmente, pela técnica da informação e, em tese, é de alcance de todos os indivíduos de diferentes países;
- ii. há a convergência de momentos, que consiste na unicidade do tempo, ou seja, há possibilidade de que num mesmo intervalo de tempo, pessoas de diferentes lugares saibam o que ocorre no mundo todo;
- iii. o motor único, que dispõe de um sistema único de técnicas que permite ações semelhantes em diferentes locais do mundo, produzindo assim a mais-valia universal, que apesar de parecer abstrata se impõem como um dado objetivo quando utilizada no processo de produção e como resultado da competitividade;
- iv. a cognoscibilidade do planeta, que representa a descoberta do planeta de forma mais profunda e cientificamente (Santos, 2003).

Nesse cenário, a atuação global das empresas transnacionais tende a enfraquecer as funções dos Estados-Nações e das

³ Empresa de capital fechado que tem 51% de capital da CVRD – Companhia Vale do Rio Doce S/A e 49% da NAAC – Nippon Amazon Aluminium Company Ltd, consórcio de 17 empresas japonesas, entre *trading companies*, bancos, consumidoras e produtoras de alumínio, e o Japan Bank for International Cooperation. Possuidora das certificações ISO 9001 – Sistema de Garantia de Qualidade, ISO 14001 – Controle Ambiental e do OHSAS 18001 – Controle de Saúde e Segurança Ocupacional, obteve no ano de 2002 a certificação referente à norma SA 8000, sistema de auditoria referente à Responsabilidade Social Empresarial baseado nas normas internacionais de direitos humanos e nas convenções da OIT – Organização Internacional do Trabalho.

empresas nacionais, o que acarreta uma redefinição do espaço nacional com base na maximização de vantagens tecnológicas. As conseqüências disto seriam: o domínio do econômico sobre o político, a perda do fundamento econômico da solidariedade social e o conseqüente enfraquecimento das forças sociais. Deste modo, "o encolhimento das funções sociais e políticas do Estado [...] amplia o papel político das empresas na regulação da vida social" (Santos, 2003, p. 38).

Essa ampliação do papel político das empresas teria como uma de suas conseqüências positivas o aumento da cooperação entre organizações sociais, tanto as do mercado quanto as da sociedade civil. Nesse sentido, autores como Fukuyama (2000) e Castells (2002) percebem a globalização como um processo que influencia a formação e o fortalecimento de um modelo organizacional reticular decorrente do fluxo de informações que transitam entre países e organizações capitalistas; aqui não se entende apenas a *internet*, mas principalmente redes de cooperação surgidas a partir da união dos Estados, empresas privadas e sociedade civil que se integram de forma horizontal. Este modelo é tido como baseado na colaboração, pois teria em vista o desenvolvimento integrado de sistemas socioeconômicos e produtivos. Por outro lado, o aumento do poder dos grupos privados transnacionais traduz-se em um novo desenho da alocação geográfica dos recursos e em uma forte concentração social de renda gerada pela realocação das atividades produtivas que tem como objetivos principais: a eficiência na aplicação de tecnologias intensivas de capital e a busca por matérias-primas abundantes e baratas (Furtado, 1999).

No atual estágio de internacionalização do capitalismo, as empresas com orientação para o mercado, em decorrência dessa nova arquitetura global, cada vez mais norteiam suas ações sob a égide do isomorfismo institucional que caracteriza o campo organizacional no qual elas estão inseridas (DiMaggio e Powell, 1999). Deste modo, fica claro para nós que o modelo organizacional reticular só é viável devido ao caráter isomórfico das práticas técnico-gerenciais adotadas dentro dos campos organizacionais. A disseminação de sistemas organizacionais padronizados permite que o fluxo informacional transite pela rede a partir de parâmetros que estabelecem critérios globais de avaliação de desempenho empresarial para todo um conjunto de interessados, mas aqui se entenda, primordialmente, os acionistas.

Foi nesse cenário que a partir da década de 1990, iniciou-se um intenso debate tanto no âmbito do mercado quanto da sociedade civil sobre a importância das ações de RSE na consti-

tuição do que seria uma nova forma de pensar espaços públicos onde são concebidos programas de inserção social e de defesa de direitos que correspondem à constituição da cidadania. Esse debate parece ter chegado a um ponto crucial, nem tanto por se ter uma visão definitiva sobre o assunto, mas, sobretudo, porque a posição que vem se tornando hegemônica é aquela que considera a RSE para além da simples maximização dos lucros dos acionistas e do mero cumprimento das obrigações legais.

A ampliação do papel de agente social do mercado tem no argumento da fragilização do Estado como agente promotor de desenvolvimento econômico e social sua base de sustentação ideológica. A crise do Estado Providência é colocada como o principal fator da perda de capacidade do Estado de investir sozinho na área social, e, por pressões da sociedade civil, as empresas se veriam impelidas a contribuir para o processo de produção de respostas aos problemas sociais e ambientais que afetam as realidades onde estão inseridas. O argumento é o de que, em não agindo dessa forma, as empresas correm o risco de ter seus produtos e serviços boicotados pelos consumidores.

Nesse contexto, a RSE é pensada como uma estratégia de negócios num mercado cada vez mais competitivo. O engajamento da chamada "sociedade civil organizada" em torno de um discurso que demanda uma maior responsabilização das empresas ante alguns temas sociais⁴ estaria levando a uma readequação da postura tradicional de enxergar os negócios. Segundo os entusiastas da RSE, a idéia não é o mercado substituir as funções do Estado, mas sim de estabelecer parcerias intersetoriais entre os dois e o chamado terceiro setor⁵, na busca de soluções para os problemas sociais. Pois "a responsabilidade social remete, em síntese, à constituição de uma cidadania organizacional no âmbito interno da empresa e à implementação de direitos sociais no âmbito externo" (Srouf, 1998, p. 294-295).

Segundo Rosa Maria Fischer (2002), os fatores cruciais para o fortalecimento da aliança entre Estado, mercado e terceiro setor são o grau de empoderamento⁶ atribuído para cada um dos setores e a conscientização de que todos são igualmente importantes para o estreitamento de uma relação pautada na confiança. Desse modo, ao Estado caberia incentivar e regular as ações socialmente responsáveis; ao mercado, disponibilizar o seu *know how* em ferramentas de gestão na execução e avaliação dos projetos visando otimizar os resultados, e, às organizações do terceiro setor, indicar os problemas sociais nos quais se deve investir, assim como incentivar a prática de ações de voluntariado. Isto porque nessas áreas considera-se que elas estejam qualificadas,

⁴ Como, por exemplo, a transparência das informações na gestão empresarial; vide o advento da governança corporativa, a maior preocupação com o meio-ambiente, assim como também com as comunidades locais que são afetadas pelas atividades das empresas.

⁵ Para os entusiastas da RSE, o chamado terceiro setor é entendido como o espaço composto por organizações privadas sem fins lucrativos, cuja atuação é dirigida para finalidades coletivas ou públicas. Porém, como nos chama atenção Landim (1999), o termo terceiro setor carece de densidade conceitual enquanto referência descritiva da realidade, isto porque ele integra de forma abrangente e sem fazer muita diferenciação toda gama de organizações e instituições que substituem ou complementam o Estado no enfrentamento de questões sociais.

⁶ Na perspectiva da autora, o empoderamento é um processo por meio do qual tanto pessoas quanto grupos ganham poder para expressar e defender seus direitos, ampliar sua autoconfiança, identidade própria e auto-estima, mas, sobretudo, é um processo que lhes permite exercer controle sobre suas relações pessoais e sociais.

mais especificamente as ONGs que de modo intencional passam a ser identificadas pelos atores do mercado como sinônimo de sociedade civil, isto é, como as organizações capacitadas para uma interlocução técnica legítima; uma interlocução que se faça esvaziada de conteúdos "políticos". Nessa linha, a parceria inter-setorial é entendida como fundamental para a consolidação da democracia, sendo que a cooperação de organizações de diferentes tipos permitiria alcançar de forma mais adequada o desenvolvimento social.

Os arautos do discurso da responsabilidade social advogam que o encolhimento do Estado como meio de promoção de cidadania no cenário político contemporâneo pode ser compensado tanto pela ampliação do papel desempenhado por uma sociedade civil mais atuante quanto pela atuação socialmente responsável do mercado. Os entusiastas dessa lógica apegam-se a este cenário para tentar legitimar a postura de "ativismo social" das empresas, argumentando que, devido à pressão exercida pela "sociedade civil", estas estão sendo obrigadas a assumir posturas socialmente mais responsáveis em relação ao conjunto de seus *stakeholders*⁷.

No entanto, para nós está claro que, se no contexto da globalização neoliberal o Estado é percebido como fragilizado para a tarefa de promover o acesso aos bens públicos, isso se deve muito mais a uma construção discursiva que lhe imputa essa condição do que propriamente por impossibilidades que lhe sejam inerentes. Para Bourdieu, esse discurso não possui a neutralidade que seus defensores alegam, até porque sua origem é socialmente bem definida e sustenta-se em alguns postulados distorcidos da teoria econômica;

o primeiro postulado é que a economia é um domínio à parte, separado do mundo social, governado por leis naturais, universais, que os governos não devem contrariar. O segundo postulado diz que o mercado é a instância capaz de organizar de forma ótima as relações sociais, as trocas, a produção, etc., e também de garantir uma distribuição eqüitativa. Faz-se uma equação entre mercado e democracia. O terceiro postulado afirma que a globalização exige a redução das despesas do Estado, a diminuição das despesas sociais – ou seja, o retorno ao laissez faire – e a supressão de tudo o que possa turvar a lógica pura do mercado. Os direitos sociais em matéria de emprego, previdência social, são vistos como onerosos e disfuncionais. Há também o discurso segundo o qual o welfare state [estado do bem-estar social] estimula a preguiça, velho discurso americano ligado à tradição calvinista do self-help [se virar por conta própria]. Muitas coisas que nos são vendidas como provenientes da economia pura e universal não passam da universalização de uma visão histórica muito precisa: a visão de mundo americana. O famoso livro de Max Weber, A

ética protestante e o espírito do capitalismo, começa por um texto de Benjamin Franklin que enuncia certo número de preceitos econômicos que são ao mesmo tempo preceitos morais. De fato, há uma moral americana da poupança, da ascese econômica, que está no centro da noção de self-help. Nesse momento, no mundo inteiro só se fala em responsabilidade. Evidentemente o axioma principal é que o pobre é responsável por sua pobreza. Em meu jargão, digo que isso é uma sociodiceia, ou seja, uma narrativa que tem por função justificar a sociedade tal como ela é (Bourdieu, 2002, p. 26).

A incorporação dessa narrativa faz os indivíduos acreditarem que a transformação de suas condições materiais, assim como da realidade social que os cerca, são tarefas que competem exclusivamente a si mesmos, porém de modo isolado, ou no máximo agregado a outros indivíduos que comunguem de valores e interesses semelhantes. Alicerçada em uma ideologia da competência, ela cria um cenário propício para a disseminação de duas idéias aparentemente sem ligação, mas que de fato são as faces de uma mesma moeda: (1) o indivíduo como responsável pela sua empregabilidade e, (2) a solidariedade social via ações de voluntariado e filantropia como um substitutivo das ações de grupos politicamente organizados⁸ na busca pela instauração de direitos à cidadania. Essa última idéia é a que dá suporte ao discurso de que as empresas, assim como os indivíduos, devem se responsabilizar pelos seus atos ante a sociedade.

Como demonstra Ivo (2001), nos termos da política neoliberal é preciso "mobilizar o potencial dos pobres", isto é, aproveitar as relações sociais existentes nas comunidades e canalizá-las para a resolução tanto do problema material da pobreza, quanto da participação e integração social. A participação e a capacidade de organização dos pobres na apresentação de suas demandas e na produção de soluções para suas necessidades básicas são tidas como uma condição efetiva que pode ser considerada tanto do ponto de vista positivo quanto negativo. Do ponto de vista positivo, leva-se em conta o aproveitamento do potencial combativo e de resistência dos pobres, visando transformá-lo em um "ativo" que os faça superar sua condição de vulnerabilidade social e, por conseguinte, lhes permita a integração ao mercado e a superação da condição de pobreza. Nessa perspectiva, são considerados apenas "aqueles pobres viáveis, os "bons" pobres, os capazes de transformarem-se em cidadãos-consumidores integrados à sociedade de mercado" (Ivo, 2001, p. 71).

Seguindo uma linha de pensamento que considera o "ativismo social" das empresas vinculado à lógica hegemônica do capitalismo global, Maria Célia Paoli (2002) entende a RSE como um tipo questionável de promoção de cidadania. Ela inicialmente faz referência ao quadro político e econômico brasileiro dos anos

⁷ Termo que, no campo empresarial, designa qualquer indivíduo ou grupo que pode afetar por meio de suas opiniões e ações as atividades das empresas ou que possa ser afetado pelas ações destas. Esse termo surgiu como contraponto à noção de *shareholders*, que corresponde aos acionistas. O discurso da RSE apregoa que as preocupações das empresas não devem restringir-se apenas aos interesses dos acionistas, mas também dos funcionários, fornecedores, consumidores, comunidade, governo, etc.

⁸ Entenda-se, aqui, partidos políticos, sindicatos, entidades corporativas e grupos de interesses que manifestam sua atuação política na esfera institucional do Estado.

de 1990 em que os governos foram impelidos, devido às políticas neoliberais, a se livrarem do investimento em obrigações públicas de proteção e garantia dos direitos sociais. A partir desse quadro, ela faz referência ao surgimento relativamente recente de um tipo de "sociedade civil" que inicialmente emergiu, mais fortemente, pela via dos movimentos sociais autônomos e politizados em que o mote era o ativismo político pela cidadania e justiça social, e que nos dias atuais teria tido sua força deslocada para um ativismo civil voltado para a solidariedade social. Enquanto o caminho dos movimentos sociais implica a demanda direta por bens públicos, o caminho das ONGs opta por representar as demandas sociais de forma pragmática a partir de formulações técnicas com governos e prescindindo de uma base ampliada de participação popular. Nessa segunda linha, inserem-se os programas de RSE. A tese defendida por Paoli é:

[...] não obstante, os programas sociais produzidos pelo ativismo social empresarial apresentarem dimensões bastante positivas, os critérios próprios à noção de globalização hegemônica propostos neste projeto – a expulsão de populações de um contrato social estável, a aleatoriedade seletiva no tempo e o espaço no qual as ações acontecem, a tentativa de construir uma resposta a exclusões através unicamente da lógica pasteurizada do capital transnacional –, como também os critérios sobre o que vem a ser a dimensão pública e política do agir político, parecem indicar que este caso é mais um contra-exemplo de uma ação democrática participativa do que uma ação contra-hegemônica, podendo complementar-se, sem contradições insuperáveis, aos arranjos neoliberais (Paoli, 2002, p. 379).

Independentemente dos arranjos neoliberais impostos com a conversão do Estado em esfera gestora de carências e necessidades sociais e não em esfera pública de manifestação do dissenso na qual é instaurada a partilha do sensível que define a parcela que cabe a cada parte da sociedade (Rancière, 1996a; 1996b), no Brasil, como advoga Oliveira (1999), a anulação da política como esfera de manifestação do dissenso via um complexo de violência e de proibição da fala é inerente à formação do espaço político. Dessa feita, o ativismo social empresarial não passa de otimização da parte dos que não têm parte.

A configuração de um campo fértil para a disseminação da proliferação de práticas de "associativismo civil" e de RSE tem sido indicada como a saída "possível" para a crise do Estado brasileiro. As ações individualizadas de solidariedade social de cunho pragmático se sobrepõem às ações coletivas de engajamento político que visam à constituição de sujeitos sociais ativos. Deste modo, tenta-se configurar uma forma sofisticada de eliminação do dissenso. Tal situação não conduz a uma ampliação efetiva da esfera pública, isto porque, como bem demonstra Rancière (1996a; 1996b), o dissenso não é a guerra de todos contra todos, mas sim as situações de conflito ordenadas, de discussão e argumentação, não entre parceiros já constituídos, mas entre sujeitos sociais que demonstrem a existência de um objeto sobre o qual é preciso argumentar visando à reordenação da partilha do sensível. Nesse sentido, Rancière diz:

Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividades que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha (2005, p. 15).

Na década de 1990, a privatização se impôs no Brasil como resposta à falência do Estado decorrente do aumento da dívida pública interna. A argumentação utilizada foi a de que o mercado empresta dinheiro ao Estado, e, por isso, este último deve ser administrado como extensão do primeiro. Porém, como demonstrou Oliveira (1999), o processo real se dá de modo inverso, já que a riqueza pública, em forma de fundos, sustenta a reprodutibilidade do capital privado. O discurso neoliberal dissemina a idéia de que o agravamento do desemprego e a intensificação dos problemas sociais são conseqüências da incapacidade do Estado em lidar com essas questões. A omissão do fato de que o desemprego estrutural e a instalação da precariedade como condição de vida são inerentes ao modelo de acumulação flexível que caracteriza o atual estágio de acumulação capitalista é um fator crucial no processo de disseminação da idéia de que uma aliança intersetorial deve ser formada para combater as mazelas sociais. A RSE é um dos remédios receitados pela racionalidade do mercado no sentido de obter melhores resultados no desenvolvimento de políticas públicas. O que se tenta impor de modo subliminar é que não há sensível a ser partilhado, pois o argumento de que inexistem outros caminhos institui um real que reflete a racionalidade do mercado.

A atuação social da ALBRAS S/A

Entre os projetos sociais desenvolvidos pela empresa junto às comunidades em seu entorno, dois foram os enfatizados neste estudo, o projeto "Nosso lixo tem futuro" e projeto PAFAM, ambos coordenados pelo departamento de Relações Externas da empresa. Neste sentido, os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa foram: observação direta dos dois projetos sociais corporativos da empresa; entrevistas semi-estruturadas com o gerente de relações externas da empresa, líderes comunitários, moradores das comunidades, assistente social, engenheiros agrônomos e técnicos envolvidos; e aplicação de formulários junto a 130 dos 1.336 membros do corpo funcional da empresa no sentido de identificar a percepção destes sobre a postura de responsabilidade social adotada.

O projeto "Nosso lixo tem futuro" está localizado na Vila dos Cabanos em Barcarena e tem como parceiros a CO-OPSAI (Cooperativa de Serviços Agroflorestais e Industriais), a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental) e a Prefeitura Municipal de Barcarena; as áreas de atuação do projeto são: a reciclagem e composta-

gem de lixo, o cooperativismo, a geração de emprego e renda e a mobilização social. Neste projeto, a Albrás lidera e financia os recursos materiais, a COOPSAI coordena o trabalho, a EMBRAPA proporciona acompanhamento técnico, e a prefeitura recolhe o lixo e compra o composto produzido pela unidade para ser utilizado junto às comunidades rurais do município. Os objetivos deste projeto são: a melhoria das condições ambientais e sanitárias das comunidades; a mudança comportamental da sociedade na geração, acondicionamento e destinação do lixo; preservação ambiental para não contaminação do solo e subsolo; resgate da cidadania pela reorientação do trabalho dos catadores de lixo; fortalecimento do segmento cooperativista do trabalho; geração de novos postos de trabalhos; transformação de lixo em produtos para comercialização, e redução dos gastos públicos com o serviço de tratamento de lixo.

É importante considerar que, no que concerne à mudança de comportamento, as ações de educação ambiental têm se mostrado insuficientes no estabelecimento da prática da coleta seletiva de lixo, pois, segundo o depoimento da vice-presidente da COOPSAI, a produção da unidade de Barcarena gira em torno de 9 a 11 toneladas/mês, mas tem potencial para chegar a 25 toneladas/mês; para tanto já estão sendo implementadas novas instalações físicas que permitirão o aumento desta produção. No entanto, o aumento da capacidade de produção do composto orgânico não depende apenas da ampliação das instalações, mas também está diretamente ligado à necessidade de se desenvolver campanhas de conscientização ambiental que façam com que a população pratique a coleta seletiva de lixo, o que tem sido um problema devido à resistência da população local em assimilar essa prática.

No que diz respeito à reciclagem, a unidade faz a triagem dos papéis e das garrafas plásticas e outros objetos de material similar, e estes são prensados e destinados à fábrica de reciclagem, sendo que parte desta produção é comprada pela própria Albrás. Já o lixo de matéria orgânica é recolhido e passa por um processo aeróbico que não gera chorume e não atrai insetos, o que gera um composto orgânico de qualidade que é destinado para o uso no Programa de Agricultura Familiar Mecanizada, também desenvolvido pela empresa.

Os atuais beneficiados, em número de 30, que trabalham na unidade de compostagem eram antigos catadores que viviam em lixões e costumavam ter uma renda mensal entornando de R\$ 50,00 e R\$ 100,00. Nesse ponto, é possível verificar uma mudança significativa na realidade dessas pessoas, pois, a partir da implantação do projeto, a renda desses ex-catadores de lixo passou a girar entornando R\$ 250,00 e R\$ 650,00 mensais; este valor é alterado de acordo com a produção, pois o regime de retirada se faz por pró-labore. Além desse incremento na renda mensal, todas as famílias dos cooperados que participam da unidade de compostagem de lixo de Barcarena contam com aulas de alfabetização e informática. No momento da realização da pesquisa, a Albrás não participava mais diretamente da administração do projeto, sendo que o papel de-

sempenhado pela empresa no passado consistiu no investimento em equipamentos e no apoio na construção das instalações físicas da unidade de Barcarena.

No que concerne ao PAFAM – Programa de Agricultura Familiar Mecanizada –, o projeto conta com a parceria entre Albrás, COOPSAI, EMBRAPA e Prefeitura Municipal de Barcarena, tendo como áreas de atuação: a agricultura mecanizada, associativismo, geração de trabalho e renda, mobilização social e campanhas nas comunidades “Vai Quem Quer” e Japiim. A idéia deste projeto surgiu a partir da necessidade de utilização do composto orgânico produzido nas unidades de compostagem de lixo no sentido de verificar a eficácia do composto na produção agrícola. Sendo assim, no final de 2001, a EMBRAPA, em conjunto com a Albrás e a prefeitura, iniciou o projeto PAFAM com a aquisição de uma patrulha mecanizada visando proporcionar infra-estrutura, apoio técnico e maquinário aos “moradores rurais” das comunidades beneficiadas.

O programa visa tornar o projeto auto-sustentável em até dois anos, objetivando atender 250 famílias, tendo cada família uma área de até cinco hectares. Porém, é preciso que se diga que, até o momento do término dessa pesquisa, o projeto atendia somente 20 famílias. No que diz respeito à operacionalização desse projeto, é possível perceber que os membros da comunidade produzem em regime de mutirão em todas as lavouras, caracterizando assim o que por eles é chamado de “juntada”. Antes do PAFAM, as referidas comunidades trabalhavam exclusivamente com a cultura da mandioca; hoje, o que se tem é um revezamento nas culturas, que, além da mandioca, agora também envolve o cultivo do feijão, do milho e do maracujá, sendo que este último tem parte de sua produção vendida para a AMAFRUTA, empresa fabricante de polpa e suco de frutas, o que tem garantido uma renda adicional para os beneficiados.

Em um primeiro momento, foi solicitado às comunidades que se organizassem em cooperativas; em seguida, no primeiro semestre de 2003, a Albrás forneceu adubo e adquiriu máquinas (patrulha agrícola – tratores, roçadeira, carreta, espalhadora de calcário e furador de covas) e, com o apoio da EMBRAPA e COOPSAI, possibilitou o acesso à assistência técnica, qualificação, acompanhamento de profissionais, variedade de cultivo e agregação de valor ao que fosse produzido pelas comunidades. Além da produção agrícola, as comunidades, com o apoio e treinamento de profissionais da EMBRAPA, também passaram a cultivar um horto de plantas medicinais para a fabricação de remédios. O papel exercido pela COOPSAI consiste na prestação de serviços gerais, de serviços agrícolas e no manuseio da “Tritucap” por um tratorista. A utilização do maquinário está condicionada a um cronograma previamente estabelecido, no qual os terrenos dos membros da comunidade são assistidos de acordo com as épocas de plantio e colheita.

O programa proporcionou para estas comunidades a construção de ramais de acesso e a implementação de rede elétrica. Entre outros benefícios gerados estão: a construção de uma casa de farinha na qual se agrega valor à produção de

mandioca para que a mesma seja distribuída em todo o município e, conseqüentemente, gere aumento de renda para os beneficiados, a construção de uma praça central e de um campo de futebol, de uma escola e de um centro de saúde e a realização de aulas de computação para as famílias da localidade com o apoio do Comitê de Democratização da Informática.

Os projetos sociais pesquisados revelam que a execução, a operacionalização e a conseqüente sustentabilidade dependem das parcerias desenvolvidas entre a empresa, o poder público municipal e as comunidades, assim como também com a EMBRAPA. Tal situação evidencia o fato de que o sucesso deste tipo de projeto se fortalece quando existe a transferência de conhecimento e de experiências entre os atores sociais que compõem cada um desses setores. No caso pesquisado, fica evidente que as parcerias intersetoriais são fundamentais para a consolidação dos resultados, como advoga Fischer (2002).

A Albrás, devido ao seu caráter transnacional, está sujeita à unicidade das técnicas que caracteriza a atual configuração do capitalismo global. Exemplo disto é o fato do *site* da empresa possuir uma versão em inglês, o que viabiliza a convergência de momentos correspondente à unicidade de tempo que permite o acesso de pessoas de diferentes lugares às mesmas informações; por sua vez, o fato da empresa possuir as três principais certificações de práticas de gestão ligadas à RSE revela sua sujeição ao motor único da globalização correspondente ao sistema único de técnicas que permite o uso de práticas similares em diferentes lugares do qual nos fala Santos (2003).

No caso das indústrias que constituem a cadeia produtiva do alumínio primário no Brasil, a similaridade das práticas gerenciais é um fato inconteste, pois, assim como a Albrás, elas também se destacam em alguma modalidade de prática socialmente responsável, sejam internas ou externas. Entretanto, mesmo quando alguma destas empresas não seja possuidora de uma certificação específica, as práticas de RSE se fazem presentes em todas elas. A ocorrência disto se deve ao fato do alumínio primário ser uma *commodity*, o que as obriga a adotarem todo um conjunto de práticas organizacionais similares. A partir da abordagem de DiMaggio e Powell sobre o isomorfismo institucional nos campos organizacionais, é possível dizer que a atuação destas empresas no mercado global é um fator decisivo para a adesão de modelos que evidenciam um caráter mimético e normativo. A adesão à padronização dos processos concernentes às certificações é um indicativo disto, como evidencia o Quadro 1.

Quadro 1: Principais certificações da cadeia de produção de alumínio primário.

Companhia	SA 8000 (Responsabilidade Social)	ISO 14001 (Gestão Ambiental)	OHSAS 18001 (Segurança e Higiene)
Albras	Sim	Sim	Sim
Alcan		Sim	
Alcoa	Sim	Sim	Sim
Alumar	Sim	Sim	Sim
Alunorte		Sim	Sim
CBA		Sim (mineração)	Sim
MRN		Sim	Sim
Novelis		Sim	Sim
Valesul		Sim	Sim

Fonte: Associação Brasileira do alumínio (ABAL, 2005).

A imposição de sistemas de gestão padronizados dá suporte ao processo de empoderamento das empresas transnacionais ante o poder do Estado-Nação (Giddens, 2003; Furtado, 1999; Santos, 2003), isto porque, cada vez mais, as empresas enxergam os territórios nacionais a partir da lógica do gerenciamento de suas cadeias produtivas. Ou seja, no caso da Albrás, a produção de alumínio primário está instalada no estado do Pará por conta da abundância de suas matérias-primas básicas⁹, quais sejam: a bauxita para a produção da alumina e a energia elétrica proveniente da hidrelétrica de Tucuruí. Desta feita, os problemas socioambientais gerados pela atuação da empresa precisam ser gerenciados de modo adequado para que ela não sofra reveses decorrentes de qualquer ato que possa vir a gerar externalidades negativas capazes de depreciar o valor de mercado das ações da CVRD aos olhos de seus acionistas. O empoderamento da empresa no nível local é um fato que decorre da necessidade de estabelecer um maior controle sobre tais possíveis externalidades; daí a necessidade de se trabalhar os projetos sociais pela via de parcerias com entidades e comunidades mais próximas de sua área de influência política.

No caso da Albrás, isto pode ser facilmente percebido a partir do momento em que consideramos as parcerias intersetoriais existentes, pois os dois projetos sociais aqui analisados foram viabilizados a partir das parcerias com o poder público municipal, com as comunidades beneficiadas, com a EMBRAPA e com a COOPSAI. Tal situação pode ser percebida quando consideramos o discurso do gerente de relações externas da empresa:

⁹ O Pará tem instalado em seu território a maior produtora de bauxita do Brasil e uma das três maiores do mundo, a Mineração Rio do Norte – MRN, localizada em Porto de Trombetas, oeste do Pará, no município de Oriximiná (PA), vinculada à Companhia Vale do Rio Doce, com capacidade instalada de 16,3 milhões de toneladas ano de minério (Empresa de Pesquisa Energética, 2005). A bauxita é matéria-prima básica para a produção de alumina, que, por sua vez, junto com a energia elétrica produzida pela usina hidrelétrica de Tucuruí – segunda maior usina do país, localizada no rio Tocantins, com capacidade instalada de 4.245 MW, até o final de 2002 – são as matérias-primas básicas para a produção de alumínio primário. É preciso que se diga que Itaipu (Rio Paraná), a primeira usina em capacidade instalada com 12.600 MW, é considerada usina binacional (Brasil/Paraguai). Assim, inteiramente nacional, a maior é a de Tucuruí, no Pará. Para se ter uma idéia, a Albrás, por se tratar de uma indústria de consumo intensivo de energia, é hoje a maior consumidora individual de energia do Brasil, respondendo por 1,5% de toda a demanda nacional (Pinto, 2005). No caso da transformação da bauxita em alumina, esse processo é realizado pela ALUNORTE – Alumina do Norte do Brasil S.A, empresa que também é vinculada à CVRD, localizada em frente à planta industrial da Albrás.

Eu acho que a globalização [...] pressupõe que você crie times, você sozinho não é nada. Você tem que ter parcerias, e as políticas da empresa sempre foram estendidas aos seus parceiros. Nos programas que a Albrás desenvolve internamente, ela incentiva os seus parceiros a fazer a mesma coisa.

O conteúdo do discurso proferido pelo gerente reflete o fato de que a empresa pensa a responsabilidade social em nível estratégico, pois possui uma visão sistêmica da rede de relações constituída com seus *stakeholders*. A idéia do modelo organizacional reticular está bem presente no estabelecimento das parcerias intersetoriais da empresa, porém é preciso considerar que podemos estar diante de um processo que se caracteriza por ser mais um daqueles processos nos quais, como nos chama atenção Bourdieu (2004), a prescrição do real se converte em descrição do real. Dizemos isto, pois a fala do gerente de relações externas, que expressa a visão da empresa, indica uma prescrição da realidade que tem soado como uma descrição para a maioria dos diversos agentes envolvidos.

A partir do que foi observado nas experiências dos projetos PAFAM e "Nosso lixo tem futuro", é possível perceber que a Albrás tem se tornado um agente de desenvolvimento social importante em seu entorno. Todavia, os projetos sociais enfrentam certas dificuldades para se tornarem auto-sustentáveis, pois existe uma herança paternalista bem presente nas comunidades decorrente do modelo de relação política que tradicionalmente tem caracterizado as relações destas com o poder público local. A esse respeito, alguns beneficiados externaram suas preocupações com a futura saída da empresa dos projetos. Um bom registro disto está na fala que se segue de um membro da comunidade "Vai quem quer": "Eu acredito que a empresa tem que tá pra nos ajudar. Eu acho que a gente tem que batalhar, mas se tiver nos ajudando é melhor. Mas se ela sair a gente vai ter que dar nosso duro pra ir pra frente, pra não deixar fracassar".

Segundo o discurso da empresa, um dos principais objetivos passa também pela transformação naquilo que ela considera ser essa visão paternalista e assistencialista que se encontra enraizada no imaginário dessas comunidades. A empresa alega ter a percepção clara de que a ampliação de seu papel enquanto agente social passa inclusive pela mudança de comportamentos sociais; isto nos remete novamente a uma outra fala do gerente de relações externas, na qual o mesmo diz que:

Todos os nossos programas buscam a geração da atividade empresarial para as pessoas terem renda [...] só que a gente tem muita preocupação com o paternalismo e o assistencialismo, então as pessoas estão sendo treinadas para caminharem com suas próprias pernas.

O sentido contido nesta fala pôde ser efetivamente percebido quando das visitas junto às comunidades, pois, no que diz respeito ao projeto "Nosso lixo tem futuro", verificou-se que o mesmo já não mais se encontra sobre a responsabilidade da empresa, haja vista serem os cooperados da COOPSAI que conduzem o projeto. A preocupação com a mudança de comportamentos sociais está tão presente nas ações sociais da empresa que, nas comunidades beneficiadas pelo PAFAM, houve efetiva transformação na relação dos membros da comunidade com a terra; para tal basta considerarmos a fala do engenheiro agrônomo da COOPSAI responsável pelas áreas beneficiadas pelo projeto: "Os membros da comunidade eram moradores rurais, e não agricultores rurais".

No que diz respeito ao PAFAM, o aumento da renda decorrente da produção agrícola dos beneficiados é fato incontestado, pois a produção não se volta mais apenas para a subsistência, mas também para a geração de um excedente de produção que lhes permita negociar com o mercado local, assim como com empresas produtoras de polpa e suco de frutas. A casa de farinha é outro ponto a ser ressaltado, pois possibilita produzir farinha de qualidade, agregando maior valor à mandioca produzida pelos agricultores.

Quanto à percepção dos funcionários sobre a atuação social da empresa, as informações coletadas demonstram que o corpo funcional tem absorvido os valores que lhes são repassados, pois 50% percebem a responsabilidade social integrada aos negócios da empresa e 40% acreditam que a empresa esteja realmente comprometida com a transformação da realidade local. Ou seja, a avaliação feita pelos funcionários é bastante positiva, já que 90% aprovam as ações sociais da empresa. Somente 5% dos entrevistados entendem as ações sociais da empresa como ações de filantropia em que a empresa estaria apenas resolvendo um problema momentâneo sem atuar como agente de transformação da realidade. De acordo com os demais 5% dos entrevistados, a empresa adota estas práticas meramente como estratégia de marketing, pois a intenção seria melhorar a sua imagem. Estes números demonstram que a empresa está conseguindo transmitir de forma eficiente não só o conteúdo dessas ações, como também as intenções que estão por trás delas. Tais números se devem ao fato de haver a preocupação por parte da direção da empresa em disseminar junto ao seu público interno, por intermédio de informativos e campanhas, o conteúdo dos projetos sociais desenvolvidos e, assim, tentar espalhar uma mentalidade de responsabilidade social.

Um exemplo disto é a existência de um projeto interno de estímulo às práticas de voluntariado chamado Empresa-Cidadã¹⁰

¹⁰ Em 1998, a partir de uma idéia surgida em um grupo de CCQ (Círculo de Controle de Qualidade), dez mecânicos e eletricitistas funcionários da Albrás resolveram propor soluções para um problema que fora veiculado em uma reportagem do Jornal Nacional da Rede Globo sobre a realidade das olarias próximas a cidade de Abaetetuba/PA, município que fica a 53 km de Barcarena. O problema detectado era o de que as máquinas a diesel que moem o barro e o transformam em tijolos, operadas pelos oleiros, conhecidas como "marombas", por serem rudimentares, geravam um número considerável de amputações, principalmente de crianças, pois os trabalhadores pressionavam o barro com os pés e com as mãos. A execução do projeto Marombas ocorreu nos anos de 1998 e 1999, e os resultados obtidos foram além das expectativas. A aplicação dos conhecimentos técnicos disponibilizados pelos funcionários não só reduziu a zero os acidentes, como também gerou um aumento na capacidade produtiva, pois foram eliminados os desperdícios de materiais utilizados na produção de tijolos. A experiência do projeto Marombas fez com que, ainda em 1998, a diretoria da empresa incorporasse às suas diretrizes o estímulo às ações de voluntariado junto às comunidades, sendo então criado o projeto Empresa-Cidadã. Até o fim dessa pesquisa, cerca de 300 funcionários da empresa já tinham participado diretamente de algum projeto de voluntariado.

no qual a empresa fornece suporte material e financeiro para os funcionários que queiram desenvolver projetos que visem ajudar a encontrar soluções para problemas vivenciados pelas comunidades dos municípios próximos à planta industrial. A esse respeito, vejamos o que diz o gerente de relações externas da empresa:

Na parte interna isso é como você namorar alguém, você tem que ir conquistando, as pessoas têm que entender que aquilo é bom. Como é que a gente resolve isso? Com comunicação. Você pode fazer um negócio muito bom, mas que ninguém saiba, você tem que influenciar internamente. Então, aos poucos os empregados da Albrás começaram a se aperceber do que eles podiam fazer para o social, esse projeto Empresa-Cidadã é para que cada um levasse para fora dos muros da empresa um pouco dos conhecimentos adquiridos aqui dentro, e isso vai contaminando todo mundo; você vai servindo de exemplo também para o cliente externo. Ai as empresas que prestam serviço pra gente começam a ter que ter os mesmos programas de gestão, os programas sociais. Isso você vai disseminando, influencia realmente. Um dos objetivos nossos com o programa de comunicação é estender para a sociedade como um todo as experiências que a gente tem tanto na parte de gestão como na parte de responsabilidade social.

Considerando a fala acima, pode-se dizer que, apesar dos benefícios gerados pelos projetos sociais corporativos da Albrás, o caráter antidissensual destes é visível, pois os saberes das comunidades só são ouvidos e considerados dentro do esquema conceitual do discurso tecnicista colocado pela empresa, que, por investir nestes projetos, baseia sua atuação na mesma racionalidade instrumental que norteia o planejamento e a avaliação dos resultados de seus processos organizacionais internos. A partir da perspectiva de Ranciére, o que se nota é que a partilha do sensível sobre a definição do real não se dá como um momento de reconhecimento de outras falas possíveis sobre a realidade na qual se intervém, mas sim como um momento de colonização destas outras falas possíveis pela racionalidade instrumental do mercado. Nesse sentido, como nos chama atenção Paoli:

Em um duplo movimento para fora de si mesma, a "empresa-cidadã" realiza eficientemente sua beneficência localizada e produz, para o espaço público da opinião e para o espaço privado de seus pares, a perspectiva de uma presença ampliada, legítima, do próprio poder social do capital (2002, p. 407).

No caso aqui estudado, é possível perceber que os projetos sociais corporativos da Albrás – PAFAM e "Nosso lixo tem futuro" –, ao promoverem algumas mudanças efetivas na realidade social das comunidades beneficiadas, mesmo sendo projetos pontuais, conseguem passar a idéia de que a empresa está efetivamente engajada no desenvolvimento social do seu entorno. Todavia, é preciso dizer que tais projetos estabelecem um sistema de premiação aos indivíduos mais participativos, ou seja, aqueles que se envolvem efetivamente nos processos gerenciais disponibilizados pela empresa. O fator de "mobilização dos pobres" presente no discurso neoliberal à qual se refere Ivo (2001) está nitidamente presente, e somente os "bons" pobres, aqueles

que são considerados "viáveis", são contemplados com as ações de tais projetos. Além disso, é preciso reiterar que os resultados alcançados pelos projetos sociais só são possíveis devido à formação de uma parceria intersetorial que está inscrita na lógica da racionalidade instrumental do mercado; esta lógica institui critérios micro para avaliar contextos sociais que se configuram a partir de processos macro gerados pelo capitalismo global.

Conclusões

Na atual configuração do capitalismo, o fortalecimento dos mercados financeiros e a fragilização do Estado-Nação na indicação dos caminhos "possíveis" tanto para o desenvolvimento econômico quanto para o social têm deslocado os processos decisórios cada vez mais para as esferas locais, isto é, estaduais e municipais. Ou seja, desloca-se a tomada de decisões para esferas de maior proximidade sociopolítica das empresas, esferas nas quais elas podem mais diretamente exercer seu poder de influência. Isto pôde ser evidenciado no caso pesquisado, pois os projetos sociais desenvolvidos pela empresa localizam-se em comunidades próximas da empresa.

A atuação social no contexto local demonstra o fato de que a Albrás está buscando estreitar sua relação com o poder público local e com as comunidades no sentido de aproximar-se dos públicos que mais diretamente são afetados por suas atividades. O processo de empoderamento da empresa no município de Barcarena é visível, e o projeto PAFAM deixa isto claro, pois a Albrás realizou obras e promoveu ações de melhoria nas condições de vida das famílias beneficiadas que até bem pouco tempo atrás eram tidas como funções institucionais atribuídas ao Estado. O caso da Albrás é um exemplo deste processo, pois o estreitamento de suas relações com os poderes públicos locais e com as comunidades próximas do seu entorno revelam o seu empoderamento.

O discurso da solidariedade social empresarial, apesar de apregoar o contrário do que aqui foi dito, não pode negar que as ações de RSE são norteadas pela racionalidade do mercado. A imposição dessa lógica discursiva cria a impressão de que a salvação da sociedade só pode se dar pela via dos modelos de gestão concebidos, testados e aprovados pelo mercado. Estes modelos funcionam baseados nos princípios da redução de custos, otimização de resultados e maximização de rentabilidade, o que os torna bastante complicados de serem operacionalizados – se não nos termos da própria lógica que os impõe – na constituição de acesso a uma cidadania plena. Os modelos gerenciais do mercado não só inspiram os critérios de execução das ações de RSE como também os parâmetros do seu acompanhamento. O caráter isomórfico desses modelos lhes confere uma maior legitimidade aos olhos daqueles que passam com eles a familiarizar-se.

A noção de cidadania promovida nestes projetos não se faz a partir do reconhecimento dos beneficiados como indivíduos dotados de falas dissensuais, mas sim como meros receptáculos dos conhecimentos técnico-gerenciais que lhes são disponibilizados para a gestão de suas carências e necessidades. A postura de responsabilidade social empresarial, ao preocupar-se com a transferência

deses conhecimentos, nitidamente advoga a favor da responsabilização dos beneficiados pelo gerenciamento de suas condições objetivas de vida. Desta feita, o eventual caráter dissensual das falas que poderia ser encontrado nas comunidades beneficiadas é minimizado pela racionalidade instrumental do mercado que atribui única e exclusivamente ao aumento de renda a base constitutiva da condição de cidadania. A disponibilização de conhecimentos técnico-gerenciais para os beneficiados pelos projetos sociais da Albrás revela a tendência atual do capitalismo de responsabilizar os pobres pela permanência ou não na condição de pobreza, por isso a preocupação em transferir para os beneficiados a gestão de suas necessidades e carências.

Apesar de todas as importantes ressalvas feitas aqui, nós não estamos afirmando que nas sociedades capitalistas inexista a possibilidade de mudanças no campo político que conduzam a uma melhora nas condições objetivas de vida. Todavia, para que isso ocorra, é preciso considerar, como o faz Bourdieu (1998), o fato de ser o Estado uma realidade ambígua que não pode ser vista como um simples instrumento a serviço dos grupos dominantes, pois, apesar de não ser neutro, ele pode desenvolver certa autonomia e força a partir de uma condição de antiguidade enquanto lugar de incorporação e registro de conquistas sociais em suas estruturas. Até porque o discurso que versa sobre a fragilidade do Estado na tarefa de promover o acesso aos bens públicos é uma construção discursiva que lhe imputa essa condição. A atuação social da Albrás está embebida nessa construção e, mais que isso, ela cria um cenário favorável no nível local para que essa lógica se dissemine, pois os seus projetos sociais têm gerado resultados efetivos na melhoria das condições de vida dos beneficiados. Diante de tal exemplo, acreditamos ser possível dizer que estamos diante de mais um ardil do mercado que visa à destituição de posturas efetivamente dissensuais e potencialmente contra-hegemônicas.

Referências

- ABAL. 2005. *Relatório de sustentabilidade da indústria do alumínio*. São Paulo, ABAL, 52 p.
- BECK, U. 1999. *O que é globalização?* São Paulo, Paz e Terra, 282 p.
- BOURDIEU, P. 1998. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 151 p.
- BOURDIEU, P. 2002. *Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola*. Rio de Janeiro, EdUerj, 98 p.
- BOURDIEU, P. 2004. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. 2ª ed., São Paulo, Zouk, 219 p.
- CASTELLS, M. 2002. *A sociedade em rede: Vol. I – A era da informação: economia, sociedade e cultura*. 6ª ed., São Paulo, Paz e Terra, 698 p.
- DIMAGGIO, P. e POWELL, W. 1999. Retorno a la jaula de hierro: el isomorfismo institucional y la racionalidad colectiva en los campos organizacionales. In: P. DIMAGGIO e W. POWELL (orgs.), *El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional*. México, Fondo de Cultura Económica, p. 104-125.
- EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. 2005. Consumo industrial. In: MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, *Mercado de Energia Elétrica 2006 – 2015*. Rio de Janeiro, Empresa de Pesquisa Energética, p. 43-93.
- FISCHER, R.M. 2002. *O desafio da colaboração: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor*. São Paulo, Gente, 172 p.
- FUKUYAMA, F. 2000. *A grande ruptura: a natureza humana e a reconstrução da ordem social*. Rio de Janeiro, Rocco, 344 p.
- FURTADO, C. 1999. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. São Paulo, Editora Paz e Terra, 117 p.
- GIDDENS, A. 1991. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, UNESP, 177 p.
- GIDDENS, A. 2003. *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro, Record, 108 p.
- IVO, A.R.L. 2001. *Metamorfoses da questão democrática: governabilidade e pobreza*. Buenos Aires, CLACSO, 205 p.
- LANDIM, L. 1999. Notas em torno do Terceiro Setor e outras expressões estratégicas. *O Social em Questão*, 3(4):1-98.
- OLIVEIRA, F. 1999. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: F. OLIVEIRA e M.C. PAOLI (orgs.), *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. São Paulo, Vozes – NEDIC – FAPESP, p. 55-82.
- PAOLI, M.C. 2002. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: B. de S. SANTOS (org.), *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 373-418.
- PINTO, L.F. 2005. *Mineração e desenvolvimento no Sudeste do Pará: há mesmo?* Disponível em 13/10/2005: www.adital.com.br, acesso em: 13/03/2007.
- RANCIÈRE, J. 1996a. O dissenso. In: A. NOVAES (org.), *A crise da razão*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 367-382.
- RANCIÈRE, J. 1996b. *O desentendimento*. São Paulo, Editora 34, 138 p.
- RANCIÈRE, J. 2005. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo, Editora 34, 69 p.
- SANTOS, M. 2003. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10ª ed., Rio de Janeiro, Record, 174 p.
- SROUR, R.H. 1998. *Poder, cultura e ética nas organizações*. 7ª ed., São Paulo, Campus, 337 p.

Submetido em: 25/07/2007

Aceito em: 13/08/2007